indústria de conservas de peixe, no caso de se verificar acordo entre o Grémio dos Armadores da Pesca da Sardinha e o Instituto Português de Conservas de Peixe.

Revelando um espírito de compreensão e boa vontade, que se regista pelo seu significado, decidiram os armadores do Norte, através do Grémio dos Armadores da Pesca da Sardinha, estabelecer um contrato com o Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Norte para a venda de sardinha em condições que permitam satisfazer os compromissos assumidos na venda das conservas para os mercados externos.

Tendo o Instituto Português de Conservas de Peixe sancionado o referido acordo, torna-se necessário adoptar as disposições que permitam garantir, no interesse da economia nacional, a execução daquele contrato.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, ao abrigo do disposto no n.º 4.º do artigo 1.º do Decreto n.º 31:554, de 10 de Outubro de 1941, o seguinte:

1.º Os armadores da pesca da sardinha fornecerão à indústria de conserva em molho 30 por cento da produção diária de sardinha, nas lotas de Matosinhos, Afurada e Porto, ao preço fixo de 172\$ por dois cabazes do padrão em uso naqueles centros de pesca.

2.º A restante produção será vendida em lota livre, não podendo porém os industriais de conserva adquirir sardinha nesta lota a preço inferior a 120\$ por dois cabazes.

3.º Pelo delegado do Governo junto do Grémio dos Armadores da Pesca da Sardinha e pelo Instituto Português de Conservas de Peixe será nomeada uma comissão,

composta de igual número de armadores e conserveiros, que resolverá as dúvidas que possam surgir.

4.º Em tudo o mais deverá a lota funcionar nos termos do acordo firmado entre as duas indústrias, competindo ao delegado do Governo junto do Grémio dos Armadores da Pesca da Sardinha e ao Instituto Português de Conservas de Peixe fiscalizar e orientar a execução do acordo.

5.º Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Ministério da Economia, 28 de Outubro de 1949.—
O Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria,
Jorge Pereira Jardim.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral do Porto de Lisboa

Por despachos de S. Ex.ª o Ministro das Comunicações de 31 de Agosto e 17 de Setembro de 1949:

Autorizado o aumento de mais 5 por cento das taxas de tráfego e pessoal a partir de 1 de Novembro de 1949, com o fim de fazer face, em parte, ao encargo da Administração-Geral do Porto de Lisboa resultante de concorrer para a Caixa de Previdência dos Trabalhadores do Porto de Lisboa com importância equivalente a dois terços do encargo patronal, referente a esta Caixa, a cargo do concessionário das operações de tráfego, nos termos dos aludidos despachos ministeriais.

Administração-Geral do Porto de Lisboa, 20 de Outubro de 1949.—O Presidente do Conselho de Administração, *Salvador de Sá Nogueira.*